

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

POLÍTICAS PÚBLICAS, ONGS E A QUESTÃO DE GÊNERO: o projeto “Por Ser Menina” realizado pela ONG Plan no estado do Maranhão

PUBLIC POLICIES, ONGS AND THE GENDER ISSUE: the project “Por Ser Menina” carried out by ONG Plan in the state of Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins
Universidade Federal do Piauí UFPI

RESUMO

Objetiva estabelecer a relação entre política pública, ONGs e Gênero. Avalia o trabalho da ONG Plan no município de Codó no estado do Maranhão, mas especificamente a campanha “Por ser menina”. Identifica os principais sujeitos da política pública, no caso as meninas, e investiga como se efetiva a sua participação durante todo o processo do projeto. Utiliza de extensa pesquisa documental de materiais oficiais da organização até o seu desdobramento que culminou com a pesquisa realizada pela Plan no município de Codó. Além da pesquisa documental serão analisadas algumas falas de coordenadores e gestores quando da aplicação do projeto. Conclui que apesar de ter uma consistência quanto aos objetivos à ação peca em alguns aspectos como a homogeneização das ações sem considerar características locais e regionais desde questões como identidade étnica ate processos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública. Gênero. Menina.

ABSTRACT

It aims to establish the relationship between public policy, ONGs and Gender. Evaluates the work of the ONG Plan in the municipality of Codó in the state of Maranhão, but specifically the campaign "Por ser menina". It identifies the main subjects of public policy, in the case of girls, and investigates how its participation takes place throughout the project process. It uses extensive documentary research of official materials of the organization until its unfolding that culminated in the research carried out by Plan in the municipality of Codó. In addition to the documentary research will be analyzed some lines of coordinators and managers when applying the project. It concludes that despite having a consistency regarding objectives to action, it fails in some aspects such as the homogenization of actions without considering local and regional characteristics from issues such as ethnic identity to cultural processes.

KEYWORDS: Public policy. Gender. Girl.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, e em especial as de corte social tem suscitado discussões, polêmicas e posicionamentos diversos frente as suas formulações e implementações, tendo na avaliação um forte instrumento de averiguação quanto à consecução dos objetivos propostos até uma análise quanto ao seu redimensionamento decorrente de vários fatores durante a sua aplicação. Quando se trata da atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), na seara da política social, as tensões são ainda mais perceptíveis e questões são levantadas como se estas instituições estivessem assumindo o papel do Estado, a falta da confiança da sociedade em relação a legitimidade das ações e da transparência quanto ao que se arrecada e o que se gasta e quanto a isonomia dos representantes e coordenadores das ONGs.

Este trabalho pretende avaliar o trabalho da ONG Plan no município de Codó no estado do Maranhão, mas especificamente a campanha “Por ser menina”. A cidade é conhecida por sua religiosidade, é um dos municípios com o maior número de negros e a sua população é majoritariamente feminina, o que traz características que enriquecem a proposta de análise haja vista a ação escolhida ter seu foco nas meninas e a questão de gênero. Para tanto utilizou-se de extensa pesquisa documental e materiais oficiais da organização como: Plano de Incidência Política de 2015; a pesquisa a nível mundial “Por ser menina: o estado das meninas do mundo 2014”; a pesquisa “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências” até o seu desdobramento que culminou com a pesquisa realizada pela Plan no município de Codó.

O projeto é interessante no sentido em que mobiliza toda a cidade para as atividades que são desenvolvidas e já possui aportes que facilitam análise de sua metodologia de ação, bem como resultados mensuráveis para averiguação da consecução de objetivos. Além da pesquisa documental serão analisadas algumas falas de coordenadores e gestores quando da aplicação do projeto.

2 PLAN

A Plan é uma organização não governamental (ONG) de caráter humanitário sem afiliação religiosa ou política, cujo principal objetivo é promover e proteger os direitos das crianças. Está presente em aproximadamente 50 países, desenvolvendo projetos em mais de 58.000 comunidades ao redor do mundo. No Brasil, a Plan possui estatuto próprio, embora siga todas as regras e procedimentos padrão criados pela central internacional. A ONG iniciou suas

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

atividades no país em 1997, em Recife, com a criação de um escritório no país, que mais tarde seria transferido para o Maranhão. O foco foi deslocado para o Maranhão, onde a pobreza é extrema em alguns municípios e o sistema garantidor de direitos, muito fragilizado. Em 2000, o escritório de país migrou então para São Luís.

Até 2011, a Plan Brasil se caracterizava por ser apenas recebedora de recursos. No entanto, durante os últimos três anos, ações vêm sendo tomadas com o intuito de fortalecer a marca da ONG no país, divulgar seus trabalhos e se tornar capaz de angariar fundos nacionais. Tal iniciativa veio acompanhada por uma adaptação na estrutura hierárquica das diversas unidades da ONG no país, com a criação do chamado Escritório Nacional (NO) em São Paulo, cujo objetivo é a mobilização de recursos, compreendendo atividades principalmente de marketing e relações públicas. Abaixo desta unidade está o Escritório de País (CO) em São Luís, que, anteriormente à criação do NO, ocupava o topo da hierarquia das unidades no país.

Tal adaptação não é recorrente em países onde a Plan atua, mas se fez necessária devido à distância geográfica entre potenciais doadores, as grandes empresas cujas sedes são em São Paulo, e os locais de aplicação dos recursos, o Nordeste. A partir desta mudança, o CO de São Luís desempenha papel mais prático que o NO, ficando responsável pela administração dos projetos. O CO de São Luís possui quatro unidades subordinadas: três delas são unidades de projetos (PU), em São Luís, Codó e Teresina, enquanto a unidade de Recife é apenas um escritório de projetos (houve necessidade de retornar a Pernambuco, mas com estrutura mais simplificada).

Atualmente, a Plan Brasil possui quatro projetos de país (CP), que são linhas gerais de atuação às quais toda e qualquer atividade da ONG se submete, sendo eles: Infância Saudável, Adolescência Saudável, Empoderamento Econômico de Mulheres e Jovens, Direito de Proteção a Violência e Riscos a Desastres. Cada projeto está vinculado a um ou mais CPs.

Como a Plan tem como principal objetivo fomentar a promoção dos direitos humanos da criança a ONG tem desenvolvido suas atividades segundo o que a mesma chama de Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente (DCCCA) norteado pelos seguintes princípios: As crianças estão no centro de suas ações; Guiados pelos princípios e normas dos direitos humanos; Foco na responsabilidade e prestação de contas; Inclusão e não discriminação; Igualdade de gênero; Participação (PLAN, 2015).

Estes princípios, segundo a organização, são necessários para que se vislumbre uma sociedade onde todas as suas crianças possam alcançar seu pleno potencial, portanto para que tais fins sejam alcançados faz-se necessário a delimitação de estratégias que são as adotadas

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

pela ONG. A organização não entende o pleno exercício de seus programas se as ações não forem trabalhadas em rede, sendo necessário e vital para o alcance dos objetivos traçados que vários sujeitos sociais como empresas, governo, comunidade, sociedade civil, foros e redes que comungam dos mesmos princípios se unam para uma maior efetividade das ações.

Para tanto a Plan utiliza-se de uma estratégia denominada “incidência política” objetivando com isso influir positivamente sobre os que detêm o poder e/ou a responsabilidade de garantir os direitos das crianças. A organização entende a incidência política como:

[...] um processo participativo, deliberado, sistemático e dinâmico que envolve esforços coordenados de indivíduos e organizações para alcançar mudanças e uma maior efetividade nas políticas públicas, na legislação e nas estruturas e ações do Estado para a plena realização dos direitos de crianças, adolescentes e jovens (PLAN, 2015).

Sob o enfoque dos direitos humanos, a Plan com esta incidência política visa alcançar mudanças estruturais e institucionais buscando fortalecer políticas públicas, legislações, estruturas e outros processos relacionados com os direitos das crianças. Dentre os principais fóruns e espaços nacionais que a ONG possui atuação destacam-se: Foro Nacional pelos Direitos das Crianças e Adolescentes (FNDCA); Rede Nacional Primeira Infância e Rede Não Bata Eduque.

O Planejamento Estratégico de Programas da Plan Internacional que norteia as ações da organização no Brasil pelo período de 2013 a 2018 estrutura-se em 4 (quatro) programas, para o período de 2015 a 2016 elegeram-se 3 (três) temas a serem priorizados nos níveis de atuação da Plan (municipal, estadual e nacional): Infância saudável; Desenvolvimento Integral de meninos e meninas de 7 a 17 anos e Direito das meninas e dos meninos à proteção contra a violência e riscos de desastres. Derivado desses temas as ações priorizadas serão: Direito das meninas; Prevenção da violência nas escolas e Proteção infantil (PLAN, 2015).

3 “POR SER MENINA”

O Relatório “Por ser menina: o estado das meninas do mundo 2014: caminhos para o poder: criando mudanças sustentáveis para meninas adolescentes” organizado pela Plan, já em sua oitava edição, avalia o estado atual das meninas do mundo e embora constata que mulheres e crianças sejam reconhecidas em políticas e planejamentos, suas necessidades e direitos específicos são frequentemente ignorados. O estudo acompanhou 142 meninas em nove países abrangendo temas como: educação, conflitos, empoderamento econômico, cidades e

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

tecnologias, meninas adolescentes e desastres e como meninos e jovens homens podem apoiar a igualdade de gênero (PLAN, 2014).

No Brasil, a Plan desenvolve o projeto “Por ser menina” desde 2012 desenvolvendo ações e atividades para impulsionar o potencial das meninas e assegurar o pleno exercício de seus direitos, visando com isto contribuir para a diminuição da pobreza e da discriminação de gênero. As ações têm como base o direito à educação com o objetivo de que as meninas desenvolvam capacidades e habilidades para se tornarem protagonistas de sua vida. Para tanto a Plan durante a execução do projeto utiliza atividades socioeducativas e elementos lúdicos como capoeira, hip hop, percussão estes utilizados para a desconstrução de gênero no que diz respeito ao entendimento destas práticas como rotineiramente associadas ao gênero masculino (PLAN, 2014).

[...] o projeto tem como objetivo promover a igualdade de gênero, o direito de viver em segurança e o acesso e permanência nas escolas das meninas, trabalhando a questão igualdade/desigualdade de gênero no ambiente escolar, com ações focadas em oficinas e atividades de conscientização / multiplicação sobre igualdade/desigualdade de gênero; atividades socioeducativas e esportivas que quebram os preconceitos (como capoeira, dança de rua e percussão); e ações de sensibilização sobre a violência nas escolas, com foco na equidade de gênero (PLAN, 2014).

O projeto “Por ser menina” ocorre a nível nacional em todos os estados que contam com unidades da Plan (Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e São Paulo) com um quantitativo de aproximadamente 440 meninas atendidas pelo projeto e cerca de 30 mil meninas são impactadas indiretamente por meio de informações sobre o tema e cerca de 112 comunidades das áreas de atuação da Plan são informadas e sensibilizadas para apoiar as meninas.

Aliada as atividades a Plan desenvolveu uma pesquisa intitulada: “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências” revelando um contexto de desigualdades de gênero que prejudicam o pleno desenvolvimento das meninas para a vida. O estudo ouviu 1.771 meninas entre 6 a 14 anos. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2013 nos estados do Pará, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. As capitais desses estados foram escolhidas pela sua representatividade em suas respectivas regiões, com potencial de indicar as tendências regionais. As meninas e meninas adolescentes participantes da pesquisa foram distribuídas entre 1.609 da amostra das escolas, 149 do estrato de meninas quilombolas e 13 meninas fora da escola. 51,9% das meninas ouvidas têm entre 11 e 14 anos e 47,6% entre 06 e 10 anos (0,58% não informaram a idade). A cor da pele foi

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

considerada de acordo com critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 39,1% das meninas têm cor da pele branca, 6,2% preta, 1,2% amarela, 53,2% parda (morena) e 0,3% indígena. O maior contingente de participantes foi de meninas que estudam em escolas da zona urbana (76,5%), enquanto a zona rural foi representada por 23,5%.

Em Codó, a pesquisa realizada por Santos, Mora e Barbieri (2014), teve como amostra 162 meninas no município entre 6 a 14 anos de idade divididas em dois segmentos / faixas etárias: 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos. A pesquisa foi considerada como quantiquantitativa realizada através de preenchimento de questionário, sendo que 12 meninas de 6 a 10 anos participaram de entrevistas individuais, sendo três de escola pública na área urbana, três de escola particular e três de escola filantrópica rural e três de uma pública rural. Outras 39 meninas entre 11 a 14 anos participaram de entrevistas coletivas, sendo dez de escola pública, dez de escola particular na área urbana, dez de escola filantrópica rural e nove de escola pública rural. Duas meninas de 14 anos não matriculadas na escola participaram apenas de entrevistas individuais.

Entre os pontos relevantes apontados pela pesquisa foi que grande parte das entrevistadas pertencem a famílias de baixo poder aquisitivo, dentre estas 67,5% declararam que recebem algum tipo de benefício do governo, em sua grande maioria (98,1%) o Bolsa Família. A maioria das respondentes (78,1%) tem na figura da mãe a responsável pelo cuidado e acompanhamento dos filhos e 51,9% ainda possuem considerável participação no sustento de casa ficando apenas 8 pontos percentuais abaixo quando comparadas com os pais (60,6%) dado este que reforça o papel de protagonismo feminino destas mães em seus lares.

Quando não estão na escola a maioria das meninas afirmam ficar em casa (63,1%) ou na casa de parentes e amigos (31,3%) sempre dedicando-se aos afazeres domésticos com clara distinção entre as atividades executadas entre as meninas para com os meninos, como lavar louça, limpar a casa, arrumar cama e lavar roupa. Mesmo com a clara distinção das atividades domésticas a grande maioria das meninas (61,9%) considera que não existem distinção quanto a qualquer tipo de brincadeira ou atividade esportiva. A maioria (60,7%) não trabalha, no entanto 6,3% exercem algum tipo de atividade laboral ou afirmam estar procurando emprego (3,1%). As meninas que estudam na escola pública na área rural foram as que registraram os maiores percentuais quando ao afirmarem que estão trabalhando (25%) divididas em atividades como agricultura, pecuária e pesca, no trabalho informal de rua.

Em relação à escola a grande maioria das meninas (65%) declarou gostar de ir a escola e 66,9% afirmam gostar da escola em que estudam. Fato curioso apontado pelas respondentes

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

é que os professores ainda ficam surpresos com alguns destaques em sala de aula serem protagonizados pelas meninas, elas ainda pontuam que o caminho para as escolas é perigoso e também levantam a questão de que não são ajudadas por ninguém nas tarefas escolares. Outro fato agravante é a diferença no acesso a internet entre as meninas que estudam em escola particular (52,5%) com a escola pública na área rural (12,5%).

Em relação ao conhecimento acerca da legislação, mais especificamente a Lei n.11.525 de setembro de 2007 que obriga o ensino dos direitos da criança no ensino fundamental e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, 45% delas afirmaram nunca ouvirem falar da referida lei e outras 20,6% afirmaram ter conhecimento sobre a mesma. Sobre a Declaração 45% nunca ouviram falar e 21,3% até já ouviram algo sobre mas não se aprofundaram sobre o assunto. O Conselho Tutelar é apontado como sendo o órgão mais conhecido do Sistema de Garantia de Direitos (51,3%).

Em sua grande maioria (68,1%) as meninas possuem uma visão positiva e estão satisfeitas pelo fato de serem meninas e outro fator importante a ser considerado é que 93,8% das respondentes afirmam estarem satisfeitas com a cor de sua pele. A maioria almeja um futuro com realização profissional e acreditam que precisam estudar e se esforçar muito para conseguir essa projeção para o futuro.

3.1 Por ser menina em Codó

O projeto foi dividido em duas fases, sendo a primeira para 2012 a 2014 e a segunda fase de 2014 a 2017. No Maranhão ocorre concomitantemente na capital São Luís e em dois municípios na região metropolitana: Paço do Lumiar e São José de Ribamar, em Codó as atividades agregam outros municípios próximos como Timbiras e Peritoró. O foco das atividades tem como princípio a orientação para alertar meninas que moram no Maranhão sobre a problemática e trabalhar a questão de gênero nas escolas públicas locais, através da campanha *Por Ser Menina*, que tem como intuito fortalecer o direito à educação e à segurança de meninas e mulheres dos municípios da região.

A campanha segue uma metodologia de promoção ao diálogo sobre o tema com três públicos distintos a partir de oficinas sobre a temática: professores, coordenadores pedagógicos e gestores com uma ação voltada a prática pedagógica, com encontros mensais, realizados através da parceria com as secretarias de educação de cada município. É utilizada uma estratégia de ação denominada pela organização de “currículo oculto” dos profissionais de educação,

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

trazendo à tona o repertório cultural e às referências pessoais que cada um traz para o cotidiano escolar, e que, por muitas vezes e não intencionalmente, reproduz as desigualdades de gênero. Como um dos princípios norteadores da ação é trabalhar a desconstrução de gênero os encontros trazem dinâmicas, estudos de caso e textos teóricos, que ajudam os professores a enxergarem novas formas pedagógicas de atuação.

Toda a campanha visa trabalhar de forma interdisciplinar e agregar o máximo de órgãos favorecendo a intersetorialidade das ações, além das secretarias de educação dos municípios são integradas a ação as secretarias estaduais de Direitos Humanos e Igualdade Racial, Cultura, Esporte e Lazer e também associações comunitárias dos bairros. Como ponto positivo apontado pela coordenação da campanha em algumas das cidades onde acontecem as atividades, a organização já conseguiu que a discussão sobre gênero fosse implementada na formação continuada dos profissionais da rede municipal, por mais que o projeto aconteça diretamente apenas em 12 escolas.

A fim de alcançar resultados positivos, a formação com os familiares, segundo a metodologia adotada, é realizada concomitantemente com a dos profissionais escolares, ou seja, o trabalho é desenvolvido tanto dentro das escolas, quanto em espaços comunitários dos municípios. A formação contempla explicações sobre as diversas formas de violência contra a mulher, mostrando aos pais, mães e responsáveis que dividir tarefas de casa por gênero também é uma forma de reproduzir o machismo já na infância.

Figura 1 – Atividades realizadas durante o projeto “Por ser menina” em Codó



Fonte: Arquivo PLAN

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

As meninas e também meninos, participam de oficina sobre o assunto uma vez por semana, com parte das atividades escolares das unidades de ensino onde estudam. Com linguagem distinta dos materiais utilizados com adultos, as aulas mostram os mesmos temas, desenvolvendo com as meninas práticas de autoconhecimento, nas quais têm a oportunidade de aprender sobre diferentes tipos de violência da qual podem ser vítimas e como podem se defender. Com os meninos, o trabalho tenta mostrar que as garotas têm os mesmos direitos de brincar e aprender sobre temas que são socialmente considerados masculinos.

As estudantes participam ainda de aulas de capoeira, percussão, hip hop, judô e futebol. A escolha dessas atividades tem como intuito mostrar que essas modalidades esportivas não são realizadas apenas pelo gênero masculino, quebrando possíveis paradigmas existentes no ambiente escolar. Segundo a coordenação do projeto, a partir das atividades, as meninas participantes passaram a compreender as formas como poderiam se defender da violência que sofriam. Foi constatado também que o número de denúncias aumentou, identificando que as meninas passaram a falar sobre possíveis violações de direitos. Os professores (as) também passaram a diversificar suas formas de ensino, o que aumentou a participação das meninas em diversas atividades.

Figura 2 – Encontros para discussão sobre gênero



Fonte: Arquivo PLAN

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

Em Codó, o dia 11 de outubro foi instituído como o Dia Municipal da Menina, reconhecendo as barreiras de gênero e combate à violência contra a menina/mulher. Por meio do contato com as secretarias municipais de educação criado durante as oficinas, o projeto influenciou que a Secretaria Municipal de Educação de São Luís incluísse a questão de gênero no sistema de treinamento continuado do grupo gestor de cada escola, fazendo com a questão fosse inserida no calendário letivo das unidades, mesmo que ela não esteja participando diretamente do projeto da Plan, a coordenação também almeja que a questão de gênero seja incluída também nos outros municípios onde ocorrem a ação.

A coordenação contabiliza que já foram realizadas oficinas para mais de 80 profissionais da educação, que se tornaram multiplicadores das práticas em suas comunidades e instituições de ensino. Com o intuito de apresentar a toda à comunidade os resultados da pesquisa, tanto a nível mundial quanto local, foi realizado o Seminário Por Ser Menina, com o tema “Da Infância à Adolescência, Crescendo Entre Direitos e Violência”, o encontro teve como objetivo promover políticas de proteção infantil e de gênero nos municípios de Codó, Timbiras e Peritoró, além de transmitir informações sobre a programação para o dia 11 de outubro, instituído pela ONU como dia Internacional da Menina.

Figura 3 – Apresentação dos resultados da pesquisa “Por ser menina”



Fonte: Arquivo PLAN

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

De acordo com o Gerente Interino da Unidade de Programas da Plan, Mateus Lotufo, o panorama sobre a realidade das meninas em Codó possibilitará ações governamentais e não governamentais para melhorar o nível de vida desse público. No dia 11 de outubro, a Plan Internacional fez o lançamento oficial do terceiro ano da Campanha Por Ser Menina, na Praça Ferreira Bayma. Também no dia 11 de outubro é comemorado o Dia Municipal da Menina, de acordo com o projeto de lei Nº 29/2013, de autoria do Vereador Pastor Max Tony (NO MARANHÃO..., 2014). O projeto "Por Ser Menina" encerrou suas atividades em Codó, no Maranhão em sua edição anual. O encerramento se deu em clima de comemoração, que segundo a coordenação obteve excelentes números alcançados, e aconteceu durante o seminário "Projeto que encerra, diálogo que continua", realizado no auditório da Universidade Federal do Maranhão, em Codó mas com a responsabilidade de ter continuidade e possibilitar com os dados aferidos influir nas políticas públicas efetivadas pelo município. O tema foi escolhido com base em uma das principais práticas do projeto: estabelecer um diálogo constante, em diversas esferas, em combate à violência baseada em gênero, que ainda afeta milhares de pessoas, especialmente meninas. A discussão contou com presença da Especialista em Gênero da Plan International Brasil, e estiveram presentes a equipe da Plan e das escolas onde o projeto era aplicado, bem como as crianças que participavam do projeto.

"Tendo em vista que a Plan International inclui a igualdade de gênero como elemento fundamental de seu enfoque de trabalho e que as ações da campanha global 'Por Ser Menina' continuam, encerramos um projeto, mas continuamos na luta para perseguir os objetivos da campanha, alinhados com nosso planejamento estratégico e metas programáticas em todas as áreas", explica Anselmo Costa, Gerente da Unidade de Programas da Plan em Codó (NO MARANHÃO..., 2014). O "Por Ser Menina" iniciou suas atividades na região em 2012 e chegou a impactar diretamente cerca de 1500 meninas com suas ações, entre elas oficinas e seminários. As problemáticas que cercam as questões de gênero abordadas pela campanha "Por Ser Menina" continuam presentes em outros projetos da Organização como, por exemplo, "Futebol Feminino", "Geração" e o "Programa Adolescente Saudável".

4 CONCLUSÃO

O processo de investigação e análise do projeto “Por ser menina” nos possibilitou chegar a algumas conclusões no que diz respeito a formulação e implementação da ação que expomos a seguir. Apesar da ação ter um cronograma previsto para que ocorra em dois triênios (2012 -

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

2014 e 2015 a 2017) é salutar levar em consideração que a organização responsável pelo projeto informa que todas as suas outras atividades têm sido inseridas em suas metodologias de ação a questão dos direitos das meninas e a questão de empoderamento o que contribui para que o projeto não sofra com algum tipo de descontinuidade.

A pesquisa em âmbito mundial, e posteriormente a nacional e a local, serviram como indicadores para nortear a delimitação dos objetivos e metas do projeto e a pesquisa local, sendo que a mesma obteve ampla divulgação para que toda a sociedade tivesse acesso aos dados aferidos e também foi entregue as autoridades locais na figura do prefeito e de alguns secretários. Codó, como já referenciado, possui uma ampla diversidade cultural com predominância de cultos de religião de matriz africana e a maior parte de sua população é negra, no entanto essas variáveis não foram balizadoras nem na pesquisa, que teve toda a sua metodologia traçada de forma uniforme, nem nas ações e atividades.

A ONG sofre com uma problemática que é comum em todo o país que é a desconfiança da sociedade acerca de sua idoneidade, muitos codoenses falam que desconhecem as ações promovidas pela organização e dizem ter desconfiança acerca de seus objetivos. Um ponto positivo é a mobilização feita na cidade e o engajamento de organizações, grupos comunitários e de secretarias como a de Igualdade Racial, Direitos Humanos e de Educação, no entanto outras secretarias que fortaleceriam a ação como as de Cultura e as de Esporte e Lazer não participaram. A iniciativa privada veio com o apoio do banco HSBC e.

Apesar do projeto “Por ser menina” ter no cerne de suas ações a desconstrução de gênero grande parte de seu material de divulgação, brindes e acessórios são das cores rosa ou lilás o que acaba por reforçar uma atitude contraditória ao se trabalhar a questão de gênero. A capacitação dos gestores e professores foi interessante no sentido de instrumentalizá-los no sentido de levar a discussão de gênero para a sala de aula e atividades, no entanto a temática é posta como transversal e ainda não foi incluída oficialmente nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

REFERÊNCIAS

NO MARANHÃO, CAMPANHA POR SER MENINA MOBILIZA COMUNIDADE ESCOLAR A DISCUTIR QUESTÃO DE GÊNERO. 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/experiencias/no-maranhao-campanha-por-ser-menina-mobiliza-comunidade-escolar-a-discutir-questao-de-genero/>>. Acesso em: 22/07/2015.

**II Simpósio Internacional sobre
Estado, Sociedade e Políticas Públicas**
“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”
20, 21 e 22 de junho de 2018

OLIVEIRA, Flora Sônego de.; GONÇALVES JUNIOR, Reginaldo. **Projeto Conexão Local 2014**: atuação da ONG Plan Brasil na região de Codó – MA.. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio_final.pdf>. Acesso em: 22/07/2015.

PLAN. **Plano de incidência política**. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecaplan.org/wp-content/uploads/2013/04/Manual-Incidencia-Pol%C3%ADtica-para-Personal-de-Plan-Marzo-2013-portugues.pdf>>. Acesso em: 22/07/2015.

_____. **Por ser menina**: o estado das meninas do mundo 2014. Caminhos para o poder: criando mudanças sustentáveis para meninas adolescentes. República Tcheca, 2014. Disponível em: <http://www.plan.org.br/downloads/BRA-Sum%C3%A1rio_Executivo_2014-Final-IO-Oth-out14.pdf>. Acesso em: 22/07/2015.

_____. **Por ser menina**. Resumo técnico. Crescendo direitos e violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. São Paulo: PLAN, 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; MORA, Gabriela; BARBIERI, Paola. **Por ser menina**: estudo de caso no município de Codó (MA). Brasília, DF: PLAN, 2014.